

política

Votação do Plano Diretor deve ser concluída dia 13 de maio

Lei de Uso e Ocupação do Solo foi dividida em blocos para acelerar análise

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

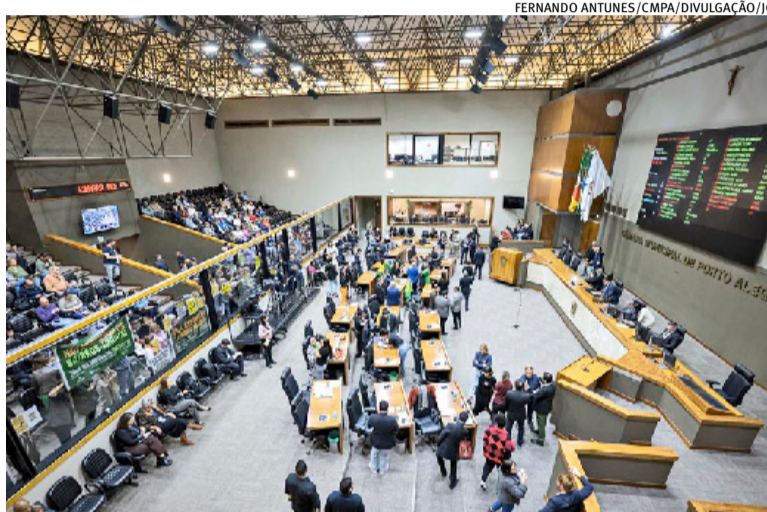
Amanda Schultz
amandas@jcrs.com.br

No terceiro dia de debates sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos), que representa a segunda parte do projeto do Plano Diretor, a Câmara de Porto Alegre acordou um plano para votar o projeto até o dia 13 de maio. A articulação divide as emendas em blocos, conforme os interesses da base do governo e da oposição.

A sessão plenária de ontem foi suspensa por cerca de uma hora, para consolidar o acordo de votação da Luos que agilizará a aprovação da segunda etapa do Plano Diretor. O modelo de blocos já foi adotado na primeira etapa do plano, aprovada no dia 23 de abril. Como parte do acordo realizado pelos vereadores, ficou definida a não realização de uma sessão extraordinária nesta quinta-feira e a conclusão dos trabalhos relacionados ao projeto até a próxima quarta-feira.

A sessão desta quarta-feira começou com a votação de emendas voltadas às regras de loteamentos, incluindo questões como licenciamento, validade do Parecer de Viabilidade de Projeto Urbanístico e parcelamento de solo.

Segundo a base do governo Sebastião Melo, a fase mais polêmica da votação da Luos já aconteceu. Isso se deve, principalmente, após a rejeição das emendas 10 e 13 - que tratavam da preservação e flexibilização da altura dos prédios em bairros como Três Figueiras e Chácara



Parlamentares fecham acordo para encerrar apreciação na próxima semana

das Pedras - e à aprovação da emenda 18.

A emenda 18 dispensa o Quarto Distrito da exigência da taxa de permeabilidade, que determina o percentual mínimo do terreno que deve permanecer livre de construções ou pavimentação para possibilitar a infiltração da água da chuva no solo. De autoria do vereador Jesse Sangalli (PL), a proposta tem como objetivo possibilitar o adensamento construtivo da região. Com a aprovação do texto, o Quarto Distrito se junta ao Centro Histórico,

já contemplado no projeto inicial da Luos - ambas regiões foram fortemente afetadas pelas cheias de 2024.

Até a sessão do dia 4, foram aprovadas um total de quatro emendas e rejeitadas três. Os debates se voltaram à altura dos prédios, à ocupação urbana e à preservação de bairros da cidade. As emendas aprovadas passam a integrar o texto da Luos, mas só entram em vigor após a aprovação final do projeto pela Câmara, prevista para a próxima semana.

Emendas aprovadas até agora

- **Emenda 6:** reclassifica áreas da Chácara das Pedras e Três Figueiras da Zona de Ordenamento Territorial (ZOT) 4 para a 3, diminuindo o limite de altura das edificações de 18 metros para 12,5 metros e os reconhecendo como Bairros-Jardins.
- **Emenda 7:** permite flexibilização de parâmetros urbanísticos, como altura e recuos, mediante parecer técnico, especialmente em áreas próximas a corredores de transporte coletivo.
- **Emenda 14:** altera o enquadramento urbanístico da Estrada do Lami, 2.229, ao lado do Loteamento Moradas do Belém, que passa da ZOT 14 para a ZOT 2, facilitando sua ocupação urbana da região.
- **Emenda 18:** isenta o Quarto Distrito da taxa de permeabilidade.

Relator da escala 6x1 estima prazos de tramitação

/ CONGRESSO NACIONAL

A comissão especial da Câmara dos Deputados sobre o fim da escala 6x1 apresentou, nesta terça-feira, os planos de trabalho do relator do colegiado, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), com previsão de divulgar o parecer em 20 de maio e de votar na comissão em 26 de maio.

O plano de trabalho de ontem contou com a primeira audiência

pública da comissão, com a presença do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, com o tema "Uso do tempo do trabalho".

Hoje, ocorre um seminário em João Pessoa (PB). No dia 12 de maio, às 14h, está prevista a segunda audiência com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, sobre os impactos econômicos da proposta. Em 13 de maio, haverá a terceira audiência, sobre "aspectos sociais".

No dia 14 de maio, a comissão

realizará um seminário em Belo Horizonte (MG). Em 18 de maio, às 14h, haverá a quarta audiência do colegiado, sobre a perspectiva dos empregadores, com representantes de entidades dos empresários. Em 19 de maio, às 14h, será a vez das centrais sindicais participarem da quinta audiência, sobre a perspectiva dos trabalhadores. Um dia após a apresentação do relatório, a comissão realizará em 21 de maio um seminário em São Paulo.

Dino diz que pagamento de novos penduricalhos está proibido

/ JUSTIÇA

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que está proibida a criação de novos benefícios a juizes e membros do Ministério Público após a decisão da Corte que limitou o pagamento dos penduricalhos.

No dia 25 de março, por unanimidade, os ministros do Supremo decidiram que as indenizações adicionais, gratificações e auxílios deverão ser limitados a 35% do valor do salário dos integrantes da Corte, que tem o teto como referência e é equivalente a R\$ 46,3 mil.

Contudo, após a decisão, diversos tribunais passaram a criar novos benefícios que não foram autorizados pela corte na decisão que limitou os penduricalhos.

No despacho proferido ontem, Dino disse que diversas reportagens jornalísticas revelaram a criação de novos benefícios e que o pagamento ilegal pode gerar a responsabilização de quem liberar os recursos.

"Em virtude de inúmeras notícias veiculadas pela mídia, estão absolutamente vedados a

criação, a implantação ou o pagamento de quaisquer parcelas de caráter remuneratório ou indenizatório, sob qualquer rubrica, inclusive que tenham sido implantadas após o julgamento, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa", afirmou o ministro.

Os ministros Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes também assinaram a decisão de Dino sobre os penduricalhos. Eles também foram relatores de ações no STF para derubar os penduricalhos.

Dino também determinou que os presidentes de tribunais, o procurador-geral da República, o advogado-geral da União, além de procuradores estaduais e defensores públicos, sejam notificados sobre a proibição de criação de novos benefícios.

Após a decisão do Supremo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), principais órgãos administrativos do Judiciário e do MP, aprovaram uma resolução na qual também autorizaram o pagamento de penduricalhos que haviam sido proibidos pelo Supremo.

PGR pede a Mendonça para manter prisão de ex-presidente do INSS

/ INVESTIGAÇÃO

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça para manter a prisão preventiva de ex-dirigentes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) acusados de envolvimento em um esquema de desvios de aposentadorias.

Entre eles está o ex-presidente da autarquia, Alessandro Stefanutto, preso em novembro pela Polícia Federal em uma das fases da Operação Sem Desconto.

Na manifestação, assinada pelo vice-procurador-geral Hindemburgo Chateaubriand, a PGR argumenta que o quadro para decretar as prisões permanece o mesmo e, por isso, não há motivos para a revogação.

A Procuradoria-Geral da República diz que eles favoreceram desvios envolvendo descontos ilegais de aposentadorias dos filiados à Confederação Nacional dos Agricultores Familiares (Conafer), uma das entidades

sob investigação.

Com isso, a PGR pediu a manutenção da prisão de Stefanutto e de outros dois ex-dirigentes, o ex-procurador Virgílio Antônio Ribeiro e o ex-diretor de benefícios André Paulo Fidélis. Os três foram presos em novembro do ano passado.

A defesa de Stefanutto negou, em petição apresentada ao STF, que ele tenha recebido pagamentos de propina do esquema do INSS e argumentou que não há motivos para a manutenção da sua prisão. As defesas de Virgílio e Fidélis também afirmaram ao STF que as prisões não se justificam.

Caberá agora ao ministro da Suprema Corte André Mendonça, relator do caso, decidir sobre os pedidos de revogação das prisões preventivas.

O ministro tem uma fila de pelo menos 16 pedidos de revogação de prisão apresentados por diversos alvos da investigação, presos desde o fim do ano passado, e que ainda não tiveram decisão.